



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo
Pró-Reitoria de Ensino

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE GRADUAÇÃO

13 de março de 2023

No dia treze de março de dois mil e vinte e três, às catorze horas, reuniu-se a Câmara de Graduação, via webconferência, sob a Presidência do Diretor de Graduação, o senhor Aldieris Braz Amorim Caprini, com a presença dos seguintes membros: Benvindo Sirtoli Gardiman Junior, Felipe Araújo Paes Barbosa, Wilson Augusto Costa Cabral, Bene Regis Figueiredo, Bianca Passos Arpini Moro, Lucas dos Passos e Silva, Eliane Oliveira Lorete, Mauricio Soares do Vale, Talita Aparecida Pletsch, Emilene Coco dos Santos, Alexsandra Gomes Biral Stauffer, Sonia Regina Brantes, Elizabete Gerlânia Caron Sandrini, Edson Pimentel Pereira, Pâmela Camero Moussatché, Paola Alfonsa Vieira Lo Monaco, Rosana dos Reis Abrante Nunes, Oséias Soares Ferreira, Cleziel Franzoni da Costa, Larissy Alves Cotonhoto, Nilson Alves da Silva, Thiarla Xavier Dal-Cin Zanon, Carlos Eduardo Silva Abreu, Carlos Eduardo de Araujo Barbosa, Walber Ronconi dos Santos, Virgínia de Paula Batista Carvalho, Emmanuela Melo de Andrade Sternberg, Adriana Pionttkovsky Barcellos, Sheyla Salomão Bolsoneli, Conceição Regina Pinto de Oliveira, Arthur Monteiro Filho, Lucas Vago Santana e Eloana Costa de Moraes. Convidados: Caroline Araujo Costa Nardoto, Maria Dorotea dos Santos Silva, Cintia Tavares do Carmo, Cláudia Guio Bragato, Mateus Conrad Barcellos da Costa, Karine Silveira, Érika de Andrade Silva Leal e Patrícia Vieira Noé. O Diretor de Graduação, Aldieris Braz Amorim Caprini, abriu a reunião, agradeceu a presença de todos e em seguida fez a leitura da pauta, com os seguintes pontos: **1. Informes; 2. Apreciação do Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Ciências Econômicas do Campus Cariacica – processo nº 23152.002381/2022-47; 3. Apreciação da revisão do Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Letras Português do Campus Venda Nova do Imigrante; 4. Apreciação da Matriz de Referência do Curso de Engenharia Ambiental; 5. Apreciação da Matriz de Referência do Curso de Engenharia de Controle e Automação – processo nº 23155.001886/2022-64; 6. Apreciação do Projeto**

Pedagógico do Curso de Tecnologia em Sistemas para Internet do Campus Serra - UnAC, para reoferta de 120 vagas anuais a partir de 2023. A pauta foi aprovada. Aldieris mencionou que a pauta era relativamente breve em comparação a reuniões anteriores que já haviam contado com até 9 (nove) PPCs analisados em um único dia. Ressaltou que, por se tratar de pauta reduzida, a reunião ocorreria apenas em um turno, não havendo necessidade de se estender por todo o dia. Aldieris destacou a importância de objetividade nas discussões e proposições, de modo a possibilitar o encerramento dentro do horário previsto, permitindo o retorno dos membros às suas atividades regulares. Aldieris informou que a pró-reitora Adriana participaria da reunião posteriormente, em razão de compromissos no Campus Colatina, que comemorava seus 30 (trinta) anos de fundação. Foram registrados votos de congratulações ao Campus Colatina, estendidos a toda a comunidade acadêmica, em reconhecimento pela trajetória da unidade. Aldieris fez menção ao deslocamento de Adriana ao referido campus e às dificuldades de acesso em razão das condições da estrada. Foi solicitada a assinatura da lista de presença pelos participantes. Para o **item 1**, Aldieris apresentou os seguintes informes: **1.1.** Formação continuada. Foi destacada a relevância de ações formativas voltadas à gestão acadêmica, considerando que a formação inicial dos docentes geralmente não contemplava aspectos administrativos da gestão no ensino superior. Informou-se sobre 2 (dois) momentos formativos planejados para o primeiro semestre, a saber: em 16 e 17 de março haveria um encontro com coordenadores de cursos em processo de reconhecimento ou renovação de reconhecimento, abordando os instrumentos de avaliação do Ministério da Educação (MEC), a preparação documental e orientações para as visitas *in loco*. A atividade seria conduzida por Aldieris em conjunto com a Procuradora Educacional Institucional, Moramey Regattieri de Souza. Nos dias 12 e 13 de abril haveria um evento formativo virtual aberto a professores, colegiados de cursos, núcleos docentes estruturantes (NDEs), pedagogos e diretores, com foco na revisão de Projetos Pedagógicos de Cursos (PPCs), contemplando trâmites institucionais, Resolução nº 1/29, carga horária em cursos presenciais e curricularização da extensão. Foi sugerido que os campi organizassem espaços coletivos para participação. Foi informado que, no segundo semestre, seriam realizados novos momentos formativos, os quais seriam detalhados na reunião de junho. **Informe 1.2.** Retomada das visitas do MEC. Comunicou-se que o MEC havia retomado as visitas de reconhecimento e renovação de cursos. Dois cursos já tinham visitas agendadas para o semestre e a expectativa era de que a maioria dos cursos na fila fossem atendidos ainda no corrente ano. A Diretoria de Graduação seguiria acompanhando e orientando os processos. **Informe 1.3.** Alteração da ordem da pauta. Atendendo à solicitação do servidor Benvindo Sirtoli Gardiman Junior, em razão de questões de saúde, foi aprovado o ajuste

da ordem da pauta: os pontos 4 e 5 seriam apreciados antes do ponto 2, visto que apresentavam similaridade de conteúdo e tramitavam pelo mesmo fluxo. Para o **item 4**, apreciação da Matriz de Referência do Curso de Engenharia Ambiental, Aldieris contextualizou o ponto, lembrando que a Resolução nº 33/2021 do Conselho Superior havia aprovado as diretrizes institucionais para os Cursos de Engenharia do Ifes, em consonância com as diretrizes nacionais. Essa normativa estabeleceu, em seu Artigo 10, §4º, a obrigatoriedade de elaboração de matrizes de referência para a parte comum de cada curso de Engenharia. Em 2022, o Grupo de Trabalho (GT) das Engenharias deu continuidade ao processo, resultando na construção das matrizes de referência específicas de cada curso, conduzidas pelos respectivos NDEs. Informou que 2 (duas) matrizes já haviam sido aprovadas anteriormente (Engenharia de Pesca e Engenharia de Produção) e, nesta reunião, seriam apreciadas as matrizes de Engenharia Ambiental e de Engenharia de Controle e Automação. A professora Cíntia Tavares do Carmo, coordenadora do GT, e o professor Benvindo, representante do Curso de Engenharia Ambiental do Campus Ibatiba, fizeram a apresentação do documento, destacando que o trabalho havia sido desenvolvido de forma coletiva, com participação dos NDEs e de professores das áreas de Matemática, Física, Química, Biologia e Núcleo Técnico. Houve consultas a alunos concluintes e egressos, visando alinhar a matriz ao perfil desejado de egresso. A matriz mantinha a estrutura principal do PPC reformulado em 2020, mas com ajustes em conteúdos e cargas horárias, tornando o curso mais enxuto e equilibrado. Foi estabelecida a carga horária total de 3.600 (três mil e seiscentas) horas, com ampliação do rol de disciplinas optativas. Foram preservados os conteúdos essenciais de Cálculo e Física, assegurando a mobilidade acadêmica entre diferentes engenharias. O processo buscou atender às demandas regionais do Campus Ibatiba e às necessidades de formação profissional dos estudantes. Após a exposição, Aldieris abriu espaço para perguntas e manifestações. Não havendo questionamentos adicionais, o documento foi aprovado com 83,3% (oitenta e três virgula três por cento) dos votos favoráveis, 3,3% (três virgula três por cento) contrários e 13,3% (treze virgula três por cento) de abstenções. Foi registrado agradecimento e reconhecimento ao professor Benvindo, à professora Cíntia e à comissão responsável pelo trabalho desenvolvido. Para o **item 5**, apreciação da Matriz de Referência do Curso de Engenharia de Controle e Automação, Aldieris destacou que a comissão responsável havia iniciado os trabalhos ainda em 2022, sendo uma das primeiras equipes a avançar no processo, tendo enfrentado desafios significativos pela diversidade de realidades entre os campi Serra (grande centro urbano) e Linhares (interior). A professora Cíntia Tavares do Carmo fez a contextualização e o professor Lucas Vago Santana apresentou os principais aspectos do trabalho. Lucas informou que os trabalhos haviam ocorrido entre março e agosto de 2022, com

relatório final encaminhado ao final do ano. A comissão havia contado com representantes do NDE do Campus Linhares (três docentes) e do NDE do Campus Serra (três docentes), havendo troca de coordenação durante o processo, o que trouxera desafios adicionais. Apesar das diferenças entre os campi, fora possível alinhar a proposta, contemplando as Diretrizes Curriculares Nacionais das Engenharias e as especificidades da área de Controle e Automação. Foram definidos o núcleo comum de disciplinas, suas ementas e cargas horárias, assegurando coerência com as demandas formativas, as avaliações externas (Sinaes, Enade) e o perfil de egresso. O curso do Campus Serra, já reformulado em 2019, teria em breve nova atualização para contemplar a curricularização da extensão, que deveria ser incorporada também em futuras revisões dos PPCs. Aldieris reforçou o ganho institucional com a elaboração das matrizes de referência, ressaltando que, em pouco mais de 1 (um) ano, já haviam sido concluídas 4 (quatro) matrizes (Pesca, Produção, Ambiental e Controle e Automação), com previsão de apreciação das demais em junho. Foi aberto espaço para questionamentos e não houve manifestações. O documento foi aprovado com 86% (oitenta e seis por cento) dos votos favoráveis e 14% (catorze por cento) de abstenções. Foram registrados agradecimentos e parabenizações à comissão responsável, em especial ao professor Lucas Vago e à professora Cíntia Tavares, pelo empenho e pelo trabalho coletivo que resultara no documento.

Para o **item 2**, apreciação do Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Ciências Econômicas do Campus Cariacica, Aldieris destacou a relevância institucional do curso, ressaltando que a elaboração havia contado com acompanhamento desde a fase inicial, com assessoria sobre legislação, estrutura de PPCs e trâmites internos, garantindo maior segurança à comissão proponente e consistência ao documento submetido. A pró-reitora Adriana reforçou a importância do curso como marco para o Ifes, salientando o protagonismo da instituição ao sair na frente na oferta da graduação em Ciências Econômicas na rede federal. Ressaltou ainda o esforço dos últimos anos na superação das dificuldades impostas pela pandemia e parabenizou a comissão pelo trabalho realizado. Em seguida, a palavra foi passada para Maria Dorotea dos Santos Silva para apresentação do parecer pedagógico. Maria Dorotea destacou que o curso era inovador e bem estruturado, respeitando integralmente as Diretrizes Curriculares Nacionais de Ciências Econômicas. O PPC apresentava coerência entre identificação, justificativa, perfil de egresso e objetivos, articulados com os arranjos produtivos locais e com o eixo formativo. O trabalho da comissão resultou em um documento de qualidade, consistente tanto do ponto de vista legal quanto pedagógico. A parecerista parabenizou a equipe do Campus Cariacica e ressaltou a relevância da proposta para a rede. Em seguida, Maria Dorotea apresentou considerações adicionais, destacando a relevância do PPC em sua perspectiva pedagógica. O curso foi elaborado

em consonância com a pedagogia histórico-crítica, privilegiando diálogo, integração e impacto direto na formação do estudante. Destacou a necessidade de maior atenção em alguns itens, entre eles: inclusão de disciplina ou componente voltado para Língua Portuguesa/Comunicação, em razão da importância da escrita e do raciocínio lógico-discursivo para o economista; inserção de conteúdos relacionados a questões étnico-raciais, diversidade, gênero, inclusão, direitos humanos e educação ambiental, em conformidade com políticas nacionais e institucionais; ajustes em relação ao estágio, que fora bem planejado, mas precisava ser articulado com a Coordenadoria de Relações Institucionais e Extensão Comunitária (REC), conforme organograma institucional. Maria Dorotea reforçou a importância da curricularização da extensão, elogiando o alinhamento perfeito do curso nesse aspecto. Destacou que o planejamento econômico-financeiro era consistente, demonstrando preocupação com recursos humanos e materiais necessários à implantação do curso. Destacou também o envolvimento da bibliotecária do campus no processo de elaboração, prática elogiada por ser ainda pouco frequente em outros projetos. Maria Dorotea parabenizou a equipe, registrou a beleza e consistência do trabalho, e formalizou que as questões apontadas deveriam ser ajustadas antes do trâmite final. A palavra foi passada para Cláudia Guio Bragato, economista, para apresentação do parecer técnico. Cláudia mencionou que havia avaliando a pertinência da matriz curricular frente às demandas do campo profissional e às competências exigidas para o egresso, além da adequação da carga horária e da articulação com atividades de ensino, pesquisa e extensão. Em seguida, Cláudia apresentou o parecer técnico. Ressaltou a qualidade do texto e da estrutura do PPC, que demonstravam trabalho iniciado em 2017 e consolidado em 2021 pela comissão do campus. Considerou a proposta muito bem escrita, fundamentada e estruturada, apontando apenas pequenos ajustes a serem feitos. Na justificativa, foi solicitado ampliar a análise da demanda para além do município de Cariacica, contemplando a Grande Vitória e a atração de alunos de outros municípios. No perfil profissional do egresso, solicitou-se incluir de forma mais clara o tempo de formação necessário e a relação com atividades, estrutura e equipe docente. Também houve solicitação de ajustes de alguns itens de forma pontual, que, em sua avaliação, poderiam ser resolvidos em curto prazo pela comissão. Recomendou que no PPC fossem acrescentados parágrafos mais explícitos sobre a formação do futuro economista, evidenciando o perfil do profissional a ser formado. Ressaltou a consistência da matriz curricular, equilibrando disciplinas como Matemática, História e Economia Regional, voltadas tanto para a crítica social quanto para a atualização constante exigida do economista. Identificou ajustes pontuais necessários, tais como: correção de duplicidade e inconsistências no fluxograma da matriz curricular, especialmente em relação à disciplina Economia Industrial;

supressão de planos de ensino repetidos; uniformização da nomenclatura da disciplina Economia e Sociedade Africana. Reconheceu a organização do planejamento da biblioteca, com previsão de doações e aquisições de acervo atualizado. Considerou que o curso tinha condições plenas de funcionamento, reforçando a competência da equipe e a liderança da coordenadora Érika, cujo currículo fora destacado. Cláudia agradeceu o convite, parabenizou a comissão e registrou confiança no êxito da proposta. Na sequência, Érika de Andrade Silva Leal, presidente da comissão responsável pela elaboração do PPC, fez uso da palavra, apresentando uma exposição do processo de construção do projeto. Destacou que a proposta não era apenas da comissão, mas um projeto institucional do Campus Cariacica, fruto de amplo apoio da direção-geral, da diretoria de ensino e de diversos colegas docentes e técnicos. Registrou agradecimentos especiais à equipe do campus, às pareceristas e aos membros da Pró-Reitoria de Ensino, ressaltando que muitos ajustes já haviam sido incorporados ao documento a partir das análises recebidas. Informou que a portaria de designação da comissão fora publicada em 25 de agosto de 2022, embora a discussão sobre a criação do curso já fosse anterior, retomando debates iniciados desde 2017. Ressaltou que se tratava do primeiro curso de Ciências Econômicas ofertado por um Instituto Federal no Brasil, atribuindo à comissão uma grande responsabilidade. Justificou a proposta com base nas especificidades regionais e nas lacunas deixadas pelos cursos já existentes no estado (Ufes, Fucape e UVV), que tinham perfis voltados à teoria econômica, finanças/negócios e gestão/empreendedorismo, respectivamente, bem como na vocação do Ifes para a verticalização da formação e para o desenvolvimento regional e inovação, conforme previsto no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). Apontou que o curso seria ofertado em turno noturno, com carga horária de 3.000 (três mil) horas, integralização mínima de 4 (quatro) anos e máxima de 8 (oito) anos, e até 40% (quarenta por cento) de atividades em educação a distância (EaD), visando ampliar o acesso de estudantes que precisavam conciliar trabalho e estudo. Considerou que essa configuração atendia a uma demanda social relevante, já que a maioria dos cursos de Economia no país ainda era ofertada no turno diurno, com perfil mais elitizado. Reiterou que já haviam sido corrigidos pontos identificados pelas pareceristas, como erros no fluxograma, planos de ensino duplicados e ajustes de nomenclatura de disciplinas. Reconheceu a pertinência da sugestão de incluir uma disciplina voltada para diversidade e direitos humanos, apontando que alguns desses conteúdos já se encontravam em outros componentes, mas que poderiam ser reforçados no texto. Érika destacou que haviam sido observadas as exigências legais, tendo sido incluída disciplina optativa já existente no Ifes como base. Houve levantamento de infraestrutura conduzido pelo um professor e pela bibliotecária do campus, confirmando adequação de laboratórios e acervo. O PPC

foi precedido por estudo de demanda, iniciado em 2021 por portaria, envolvendo lideranças municipais, economistas e a reitoria, resultando em diagnóstico de viabilidade e pertinência social. Em seguida, Edson Pimentel Pereira, Diretor de Ensino do campus, ressaltou o caráter coletivo do trabalho, a solidez do projeto e a relevância para o estado, enfatizando o protagonismo da professora Érika na condução do Laboratório de Desenvolvimento Regional. Maria Dorotea reiterou a necessidade de adequação à legislação referente à educação para as relações étnico-raciais, propondo maior contextualização da temática no curso. Indicou, ainda, que a disciplina “Economia Africana” deveria estabelecer articulação interdisciplinar, bem como observância à Lei nº 10.639/2003 e à Resolução nº 1/2019 do Ifes. Cláudia reforçou que o tema poderia ser integrado à disciplina de História Econômica, a partir da abordagem sobre o período escravocrata e seus reflexos na formação econômica do país. Érika complementou os pontos destacados nos pareceres, reforçando a integração entre a proposta formativa e a realidade socioeconômica da região. Em seguida, foi aberto espaço para questionamentos. Os membros manifestaram reconhecimento à qualidade do PPC e ao trabalho desenvolvido pela comissão, não havendo objeções ao documento. O Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Ciências Econômicas do Campus Cariacica foi aprovado com 50% (cinquenta por cento) dos votos favoráveis, 37,5% (trinta e sete virgula cinco por cento) dos votos para aprovação com restrições e 12,5% (doze vírgula cinco por cento) de abstenções. Érika comprometeu-se a realizar os ajustes e encaminhar novamente o processo, de modo que pudesse constar na pauta do Conselho de Ensino, Pesquisa e Pós-Graduação e Extensão (Cepe) de abril e, posteriormente, ser submetido ao Conselho Superior. Para o **item 3**, apreciação da revisão do Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Letras Português do Campus Venda Nova do Imigrante, Maria Dorotea dos Santos Silva fez a apresentação do parecer pedagógico. Maria Dorotea informou que o trabalho de revisão atendera de forma consistente às observações de pareceres anteriores, demonstrando dedicação e aprofundamento da equipe. O curso evidenciava sólida preocupação com a formação de professores de língua portuguesa e a apropriação da linguagem como base para o desenvolvimento cognitivo dos estudantes. Foram identificados 3 (três) pontos a ajustar: 1) correções de digitação e formatação; 2) inclusão formal do bibliotecário do campus na comissão e 3) atualização do acervo e previsão orçamentária para aquisição de obras que não constavam nas bibliotecas do Ifes. Foi destacado, ainda, o mérito da curricularização da extensão, considerada exemplar e referência para outros cursos. Na sequência, a professora Karine, coordenadora do curso, agradeceu à parecerista e contextualizou o processo de revisão, que envolvera NDE, colegiado e gestão, demandando cerca de 6 (seis) meses de trabalho intenso. Reconheceu os

ajustes apontados, especialmente quanto à bibliografia e acervo, comprometendo-se a realizar as adequações necessárias. A Diretora de Ensino do campus, Eliane Oliveira Lorete, reforçou o empenho da equipe e agradeceu à Pró-Reitoria de Ensino e à Câmara pelo apoio. Lucas e Aldieris destacaram a importância do diálogo entre os cursos de Letras do Ifes, especialmente diante das discussões sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais de 2019 para licenciaturas, cuja aplicação fora prorrogada. Orientou-se prudência quanto a revisões amplas nesse contexto, ao mesmo tempo em que se reconheceu a pertinência das atualizações realizadas pelo Campus Venda Nova. O PPC de Licenciatura em Letras Português do Campus Venda Nova do Imigrante foi aprovado com 55% (cinquenta e cinco por cento) dos votos favoráveis, 30% (trinta por cento) dos votos para aprovação com restrições e 15% (quinze por cento) de abstenções. Para o **item 6**, apreciação do Projeto Pedagógico do Curso de Tecnologia em Sistemas para Internet do Campus Serra (UnAC) – Reoferta de 120 vagas anuais a partir de 2023, Aldieris contextualizou que o Curso de Tecnologia em Sistemas para Internet, ofertado pelo Campus Serra em parceria com a Universidade Aberta Capixaba (UnAC), era de responsabilidade integral do Ifes perante o MEC, incluindo oferta, gestão e certificação. Tratava-se, portanto, de curso institucional do Ifes, não da UnAC, sendo esta apenas fomentadora da iniciativa. Informou que o curso já havia sido aprovado anteriormente, com início no segundo semestre de 2022, obtendo boa adesão e demanda significativa. O pedido atual referia-se à reoferta de 120 (cento e vinte) vagas, distribuídas em 3 (três) polos (Linhares, Aracruz e Vila Velha), sem alteração no PPC, visando garantir a sustentabilidade do curso e atender às necessidades locais. Mateus (Campus Serra) reforçou que o curso era pioneiro na rede Ifes no contexto da UnAC, com proposta curricular atualizada, inspirada em experiências anteriores do Campus Santa Teresa. Destacou o caráter multicampi, considerando a participação de docentes de diferentes campi (Alegre, Santa Teresa, Cachoeiro, entre outros). Relatou que a primeira oferta contara com mais de 700 (setecentos) inscritos, mas houvera dificuldades iniciais em alguns polos menores (ex.: Mantenópolis e Lúna). A nova reoferta buscava ampliar a abrangência e consolidar a oferta, assegurando equilíbrio acadêmico e continuidade do projeto. Ressaltou que a aprovação era fundamental para a manutenção do curso e para permitir novo processo seletivo. Foi esclarecido que não havia mudanças no PPC nesta fase, apenas reoferta de vagas. O curso já estava em processo de cadastramento para fins de reconhecimento junto ao MEC, com previsão de visita em até 1 (um) ano. Após aprovação na Câmara, o processo seguiria tramitação nas demais instâncias (Colégio de Dirigentes, Cepe e Conselho Superior). O pedido de reoferta de 120 vagas anuais para o Curso de Tecnologia em Sistemas para Internet (Campus Serra – UnAC) foi aprovado com 95% (noventa por cento) dos votos favoráveis e 5% (cinco por cento) de abstenções.

O processo seguiria às instâncias superiores para homologação e publicação de resolução pelo Conselho Superior. Nada mais havendo a tratar, Aldieris deu por encerrada a reunião. Eu, Cristiana Aparecida Reimann do Nascimento, lavrei a presente ata, que será submetida à aprovação de todos os presentes. Vitória, treze de março de dois mil e vinte e três.